



João Paulo Dias

Fernando Negrão é advogado na Albuquerque e Associados.

# Albuquerque lidera combate ao crime de colarinho branco

Firma distinguida com o prémio "Best Law Firm in Portugal for White Collar legal work".

Susana Represas  
susana.represas@economico.pt

A **Albuquerque & Associados** foi distinguida com o prémio de melhor firma em Portugal pelo trabalho jurídico na área da criminalidade económica. Fernando Negrão, responsável pelo departamento de penal económico, destaca a aposta no trabalho de carácter "preventivo" da sociedade.

O prémio - "Best Law Firm in Portugal for White Collar legal work 2009" - foi atribuído pela Corporate INTL, uma publicação internacional focada na análise da actividade empresarial, tendo em conta o trabalho dos escritórios na prestação de apoio jurídico junto dos clientes. Para Fer-

*"O que falha é a opacidade do Estado, que tem regras de funcionamento pouco transparentes".*

nando Negrão "é o reconhecimento da iniciativa da sociedade de criar e pôr a funcionar um departamento de direito penal económico que diz respeito à actividade das empresas". O advogado revela que nesta área o escritório aposta fortemente numa "advocacia preventiva", evitando que "os clientes venham a ter problemas com a justiça", mas também conseguindo que as empresas tenham "melhores resultados no planeamento financeiro e fiscal".

As dúvidas das empresas quanto à legalidade da sua actividade gera cada vez mais trabalho aos escritórios nacionais. Negrão, também deputado do PSD, lembra que algumas mudanças legislativas expli-

cam o aumento do volume de trabalho: "A actividade económica do país está mais criminalizada e sente-se que na área fiscal há uma actividade maior por parte da administração fiscal". Perante este cenário, o advogado diz que é natural que "as próprias empresas queiram defender-se e saber se estão a agir legalmente".

Uma das questões mais frequentes prende-se com a utilização dos chamados paraísos fiscais, "há uma enorme preocupação em relação às off-shores, os empresários perguntam se estão a roubar, quando apenas se trata de um instrumento de planeamento fiscal", cabe aos **advogados** esclarecer as fronteiras entre o que é planeamento e o que é fraude.

Mas há a responsabilidade que cabe à administração e "muitas vezes o que falha é a opacidade do Estado, que não tem regras transparentes de funcionamento". Por outro lado, acrescenta o advogado, há o problema da lentidão da justiça que "só em questões fiscais e administrativas tem 13 mil milhões de euros em litígios parados nos tribunais". Um número que faz de Portugal um país "pouco saudável", reconhece o advogado da **Albuquerque & Associados**. Além de Negrão, estas matérias passam ainda por Francisco Colaço, sócio responsável pelo departamento de contencioso, Petra Fernandes, especialista em "white collar crime", Cláudia Berto Marques e José Morais Sarmento. ■